

Literatura, nacionalismo e eficácia

Leonardo Mendes Neves Felix (Doutorando, Ciência da Literatura, UFRJ)

Resumo: Este trabalho pretende evidenciar a relação entre a ascensão do termo “literatura” e do nacionalismo, levando em conta sua configuração diversa na Europa e na América. Para tanto, focaremos na questão da língua, que se apresentou como um campo privilegiado para observar o caminho de alguns valores no estabelecimento da estrutura social e literária.

Palavras-chave: literatura, nacionalismo, América.

Abstract: This paper aims to highlight the relationship between the rise of the term "literature" and the nationalism, taking into account their diverse setting in Europe and America. To do so, we will focus on the language issue which appeared as a privileged field to observe the way of some values in the establishment of social and literary structure.

Keywords: Literature, Nationalism, America.

O termo “literatura” se precipita em direção a uma produção artística específica somente na segunda metade do século XVIII. Em texto de 1751, Diderot reconhecia seu emprego como um fenômeno estético e forma de expressão e comunicação específicos, quando passou a ocupar o título de um nascente conjunto de obras, delineando o objeto de estudo. Tal palavra não tardaria em agregar-se a outras para designar o conjunto de obras dos países, de tal maneira que em fins do século XVIII “[...] sintagmas como *literatura alemã, literatura francesa, literatura italiana*, etc., foram-se tornando de uso freqüente” (SILVA, 1988, p. 7). Além do papel direto empenhado pela literatura na formação das nações, existe uma base comum entre o crescimento da especificidade do termo e o surgimento da nação moderna européia: o alargamento do público leitor e o acesso à leitura pela classe burguesa ascendente, ambos viabilizando a profissionalização do escritor. Entretanto, limitar-se ao circuito do que Anderson chama de “*capitalismo tipográfico*” seria reduzir a série de transformações da mentalidade européia na passagem da Idade Média para a Moderna. Entre os inúmeros fios a serem destacados da complexa trama que compôs os acontecimentos, concentraremos-nos na dessacralização das línguas.

I – A dessacralização das línguas e a ascensão das línguas vulgares

Sabemos que em grande parte da Idade Média européia o latim, ou “alto latim”, era a única língua considerada digna de ser escrita e na qual se escreviam e se proferiam os sermões pelo clero. Eric Auerbach afirma que, embora fossem largamente faladas, as línguas vulgares encontraram registro escrito somente a partir do século IX e X. Com o objetivo de divulgar a fé cristã à população, que não dominava o latim, os clérigos compunham peças com as histórias bíblicas em língua vulgar. Em decorrência do aumento do número de escritos, surgem no século XII, em domínio francês, os primeiros “centros de civilização em língua vulgar”, praticada por pessoas que não sabiam latim. Como Auerbach defende em “Adão e Eva”, o espírito que regeu o drama litúrgico medieval está conectado à tradição de intérpretes cujo objetivo era se aproximar das pessoas “simples e de coração puro”, pois estariam mais aptas a abdicar de exigências intelectuais e, por conseguinte, comungar dos enigmas e dos mistérios. A arte, portanto, possuía um papel fundamental na Idade Média, ao contrário do que muito se disse.

[...] Ela [a arte] não é unicamente bela, unicamente uma imitação da realidade exterior; tende, antes, a concretizar nas suas criações, mesmo na arquitetura e na música, suas doutrinas, crenças, esperanças, coisas por vezes muito mais profundas e sutis, mas que era mister exprimir da maneira mais simples e humilde, para que todo homem, partindo das realidades de sua vida cotidiana, pudesse elevar-se até às verdades sublimes da fé (AUERBACH, 1972, p. 109).

Auerbach demonstra como o sublime e o baixo estavam intrincados no espírito cristão, de maneira tão extremada que o próprio Deus encarnara em peles humildes, trazendo à superfície do centro da fé cenas cotidianas, compostas com uma combinação de estilos elevado e baixo (ver AUERBACH, 2011, p. 134). Isso ocorre de tal maneira que uma simples história de uma criança nascida na manjedoura vela a verdade do destino humano, o plano de salvação e a iminente danação eterna. O episódio da vinda de Cristo é carregado de segundos-planos, assim como largamente se observa na bíblia, incluindo os textos do Antigo Testamento. A trivialidade cotidiana é invadida pela promessa. Esse espírito perdura no impulso das obras de divulgação da fé e se perpetua no estilo da composição, ao que não escapa a peça analisada por Auerbach, “*Mystère d’Adam*”, onde “Adão fala e age de maneira que em nada se diferencia daquela que qualquer ouvinte está acostumado a ver em sua casa ou na casa de seu vizinho” (AUERBACH, 2011, p. 132). A representação se aproxima da “realidade cotidiana” dos expectadores. Logo, duas características as obras de divulgação compartilham com o texto bíblico: a composição de

segundos-planos, fonte da profundidade psicológica e da consciência histórica dos personagens, e a mistura de estilos, ambas em direção à verdade universal e atemporal do cristianismo.

O espírito cristão, nos termos aqui esboçados, contribuiu imensamente para o estabelecimento do Império Romano, pois possibilitou a identificação dos povos inteiramente diversos submetidos a seu domínio (ver RENAN, 1996, p. 29), seguindo-se a isso o estabelecimento da Igreja Católica e do latim como a língua oficial e sagrada. É de se deduzir que o caráter sagrado do latim aumentasse à medida que os textos escritos fixavam um registro que não acompanhou as transformações das diversas línguas faladas. Sendo assim, quando uma peça cristã do século XII é composta em língua vulgar, ela quer preencher essa lacuna, com o que opera inevitavelmente um caminho inverso ao transcorrido na história européia, isto é, a dessacralização do latim e do grego, mais ou menos conhecido por parte do clero.

Não eram apenas os valores em torno da língua que estavam em jogo na passagem da Idade Média para a Moderna, mas uma série de modos de significar a vida e estar no mundo. Entre eles a Reforma Protestante ocupa um papel fundamental, pois, aliada ao capitalismo tipográfico, triplicou o faturamento das editoras e ampliou o público leitor que em 1500 era em grande parte bilíngue, versado em latim e em uma língua vernácula. Além de instaurar o encontro individualizado com o texto bíblico, anteriormente mediado pela Igreja Católica. Para Benedict Anderson, esses foram os principais fatores que viabilizaram “imaginar as novas comunidades nacionais” (ANDERSON, 2008, p. 78), já que criaram um circuito de leitores que, apesar de não se conhecerem, sabiam da existência de pares. Nesse caminho, a emergência do romance e do jornal são destacados por Anderson na consolidação da nação moderna; esse por introduzir seus consumidores no anonimato dos não lembrados pelas notícias impressas, aquele por representar situações típicas dessas novas comunidades, quais sejam, situações como a de dois personagens que não se sabem ligados por um terceiro dentro da narrativa. Nos dois casos ocorre uma mudança fundamental na representação do tempo: a noção de simultaneidade e de temporalidade vazia, que contrastam com a percepção medieval, esperançosa da vinda de Cristo. O tempo medieval seguia rumo a seu fim, com o julgamento final.

O fortalecimento do capitalismo editorial está de tal maneira intricado com as transformações em torno da língua que fixou um registro e assim possibilitou o estudo e a aprendizagem das línguas vulgares, assim como, quando os filólogos se debruçaram sobre suas histórias, aquelas estavam prontas para se ligar à nacionalidade e à naturalização decorrente desse pertencimento imaginado. Como veremos à frente, o sentido histórico, criado pela permeabilidade da língua, ocupou lugar central na busca consciente que caracterizou o nacionalismo europeu.

O crescente número de obras que passa a circular instalou a necessidade de se classificar os relatos publicados, e o texto ficcional foi alvo de frentes distintas com o objetivo de dominar a subjetividade, reconhecida como o lugar de instabilidade e insubmissão. A razão, por sua vez, via ameaçada sua ascensão enquanto mediadora entre o homem e a natureza, função gradativamente agregada desde a Baixa Idade Média, quando a unívoca e excludente cosmologia católico-cristã perdeu sua hegemonia.

A preocupação com as obras de ficção cresceu quando do contato com a América. A exuberância da paisagem encontrada além-mar e a surpreendentemente diversa organização cultural dos nativos fez com que o explorador espanhol Bernal Diaz del Castillo admitisse sua semelhança com os contos de cavalaria. Na tentativa de encadear a realidade exótica em uma rede de semelhanças, o explorador flertava mais com a fantasia do que com os discursos canônicos e supostamente verdadeiros de sua bagagem prévia. Não é destituída de significação a insistente proibição espanhola de qualquer publicação ou importação de produtos ficcionais nas colônias entre 1532 e 1571. Apesar da proibição, obras como *Lazarillo de Tormes*, *Don Quixote*, *Amadis de Gaula*, entre outras circulavam na colônia, além de alguns outros escritos “[...] que negociavam a proibição da ficção através de gêneros paraliterários inofensivos, que incluíam o diário de viagem, a (auto)biografia e a história” (SOMMER, 2004, p. 26).

Na metrópole, mais especificamente em Espanha, a negociação fora diversa. O *Lazarillo de Tormes* se esgueirava entre as fronteiras da verdade e da mentira, aproveitando-se da tradição de publicações epistolares, e o *Dom Quixote*, por sua vez, se fazia tolerável pela Inquisição por supostamente zombar das histórias fantasiosas da cavalaria, com o que pôde ser alocado ao lado dos defensores da verdade religiosa e ser tolerado pelos renascentistas. Na verdade, estamos diante do momento de surgimento do romance e da instalação do campo ficcional moderno, que apenas tardiamente será

classificado como literário. O próprio lexema “*litteratura*” começa a figurar nas línguas vulgares européias no século XV e se espalha pelo XVI, embora seu significado seja em grande parte generalizado como domínio da letra e do conhecimento; no caso de autores religiosos, seu sentido é posto em oposição a “*scriptura*”, ou seja, ao conjunto de textos sagrados (ver SILVA, 1988, p. 1-2). O termo em questão estava longe de especificar um tipo de arte, preferindo-se *poesia*, *eloqüência*, *verso* e *prosa*, entre outros.

Como vimos, o paulatino amadurecimento das línguas vulgares e o fortalecimento da burguesia junto ao capitalismo editorial foram os principais fatores desencadeadores do ideal da nação na moderna Europa, assim como do avanço do termo “literatura”. Na segunda metade do século XIX é rompida a inércia do amadurecimento paulatino da idéia de nação, a qual passa a ser almejada de forma declarada. O sentimento de pertencimento, que outrora era vinculado às famílias e clãs, passou a ser exercido por uma base imaginada. Entretanto o nacionalismo não floresceu tampouco deu seus frutos primeiramente na Europa.

II – Os crioulos e a nação na América Latina

Tal como na situação inaugurada pelo romance, em que dois personagens desconhecidos estão ligados por um terceiro, os crioulos estavam ligados à metrópole pela língua. Afora o oceano, os europeus se distanciavam dos crioulos pelo lugar de nascimento e sua influência na constituição dos nascidos além-mar, assim como pela suposta contaminação ocorrida pelas amas de leite não européias. Junto a isso, a presença militar assegurava a hierarquia, na qual o filho de europeu nascido na América tinha sua ascensão social cerceada, assim como seu deslocamento no território da colônia. Esses limites foram o trampolim dos primeiros nacionalismos, pois precipitaram a insatisfação dos crioulos, deserdados pelos europeus e temerários da mobilização dos grupos inferiores na escala valorativa da máquina exploradora colonial.

A noção de simultaneidade, inaugurada pelo advento romanescos, evidencia-se em muitos nomes de lugares acrescidos do adjetivo “nova”, como se se estivesse vivendo os mesmos acontecimentos na Inglaterra e na Nova Inglaterra. O personagem comum no romance americano, a língua, não foi o termo condutor do nacionalismo, como afirma Anderson, mas possibilitou a comparação com o mundo europeu, sobretudo com sua independência. Seus protagonistas, no entanto, não eram burgueses, nem houve

dessacralização de língua alguma, senão a homogeneização violenta operada pelos crioulos com a imposição do vernáculo metropolitano. As várias línguas indígenas, africanas e dos demais imigrantes foram apartadas do comboio nacionalista; o contrário beiraria o contra-senso, já que encarnavam o medo que o impulsionou. Se não se pode orgulhar do medo, nem de um passado glorioso – o que nos levaria ao mesmo contra-senso –, o pertencimento cortejado pelo nacionalismo se direciona para o futuro. Tal projeção foi radicalizada dezessete anos após a declaração de independência das Treze Colônias, quando se propunha a mudança do calendário, partindo do ano I. Um movimento análogo ao operado em relação ao calendário das Treze Colônias foi executado por San Martín no Peru, ao declarar que os nativos e todos os nascidos no território nacional deviam ser designados como “peruanos”, esquecendo seu passado e adotando a pátria mãe (ver ANDERSON, 2008, p. 264).

A organização do capitalismo, no entanto, com sua editoração e seus produtos, consolidava o sentido histórico, ligado às crescentes publicações que invadiam o mercado europeu e, com isso, impediu o estabelecimento do calendário pela Convenção de 1793. No começo do século XIX instituem-se as primeiras cátedras acadêmicas de história (1810 – Universidade de Berlim, 1812 – Sorbonne de Napoleão) e na segunda metade do século a história já se consolidava enquanto disciplina “com seu elaborado leque de publicações” (ANDERSON, 2008, p. 269). Nesse caminho, os estudos filológicos conferiram historicidade às línguas européias, acabando por solapar sua legitimidade sagrada. Na Europa, a homogeneidade representada pela comunidade imaginada mergulhou no espaço da língua que permitia a comparação com o passado longínquo e os grandes monumentos do espírito nacional. Na América, o domínio histórico da língua restringia o acesso ao passado e produzia um esquecimento conveniente aos protagonistas do nacionalismo. A língua da metrópole devia ser mantida, pois ao mesmo tempo em que consolidava a memória recente dos movimentos independentistas, havia a máquina burocrática colonial que já funcionava. Sendo assim, quando se pretende o retorno à essência aborígine no Peru ou o Indigenismo no Brasil e em muitos movimentos românticos hispano-americanos, o esforço de conhecer e veicular a essência local é feito com a língua do colonizador, agora, interno. Entre os séculos XVII e XVIII, as elites brancas, que lideraram os movimentos independentistas na América, passam a deixar de se sentirem espanholas ou portuguesas e aderem à localidade.

A escassez de documentos escritos em vernáculo ou sua falta de organização se contrapunha ao desejo de conhecer a própria história. Não havia os documentos administrativos em vernáculo que ganhavam força desde os princípios da modernidade na Europa, tampouco a vasta memória das línguas amplamente faladas, sobre as quais se debruçavam os filólogos. Daí Doris Sommer justificar o método narrativo que cedo se consolidou na construção de nossa história:

Enquanto os teóricos da história nos centros industriais dos dias de hoje estão corrigindo a *hybris* dos historiadores que se viam como cientistas, a prática literária do discurso histórico latino-americano há muito tempo já tirava proveito do que Lyotard chamou o caráter indefinido da ciência (SOMMER, 2004, p.22).

O pensamento latino-americano converte a debilidade das lacunas documentais em sua expressão mais própria por meio do método narrativo, permeável às paixões privadas, as quais foram fundamentais no processo de construção da identidade nacional. Vale notar de passagem que a invasão do privado na esfera pública será uma marca na vida política latino-americana até a contemporaneidade. Anderson destaca o quanto os monumentos erguidos em prol da nação giram em torno do amor à pátria e do louvor de seus grandes feitos, mas no caso das Américas o amor e as paixões se organizaram de maneira particular e produziram consequências profundas na estrutura da sociedade.

Após os movimentos independentistas militares, os países necessitavam de civilizadores; para tanto, havia de se converter as armas em arados, a coragem em sentimentalismo, o herói em marido e a epopéia em romance, o qual abrigou a tarefa dupla que se lhe propunha: representar a coesão nacional e projetar o futuro, sendo o último mais explorado convenientemente pelas elites brancas. No Brasil do século XX, essa conveniência resultará na negação da origem ou originalidade por aqueles que se sentiam constrangidos por ser cópia da cultura européia.

Ao romance foi relegada a tarefa de consolidar e de civilizar as novas nações, contando-lhes a própria história ao mesmo tempo em que fixava seus hábitos, sentimentos e costumes específicos. Para tanto, “[...] desenvolviam uma fórmula narrativa que solucionava incessantes conflitos, sendo um gênero conciliatório pós-épico que fortalecia os sobreviventes à medida que reconhecia os antigos inimigos como aliados” (SOMMER, 2004, p.27). Optar pela geração em vez da genealogia ou pela projeção em detrimento da retrospectiva foi a estratégia utilizada para resolver tanto o problema da legitimidade dos crioulos quanto para apagar as diferenças internas. Apesar

de a partir da metade do século XIX ter ocorrido um avanço em direção ao liberalismo (abolição da escravatura, redução de privilégios e dos hábitos autoritários, consequentes do relativo aumento da iniciativa privada), a revolução burguesa aqui não consolidou a sociedade de classes, senão a essa mesclou diversas separações de casta, raça, região e família.

Ao contrário do que ocorreu na formação das nações européias em que houve um trânsito de ideias, por exemplo, no caso da Alemanha, em que os invasores adotaram a religião dos povos invadidos, isto é, o cristianismo, os índios foram em grande parte violentados, física ou simbolicamente. Os que resistiam ao extermínio causado pelas doenças vindas da Europa haviam de ser catequizados. Além disso, manteve-se a escravidão e outras formas de trabalho compulsório, submetendo castas inferiorizadas e impedindo o processo homogeneizador de construção da nação nos moldes europeus. A paixão que figura nos romances locais é a mola de identificação e homogeneização das diferentes camadas sociais, étnicas, sexuais, etc.; é o caminho traçado pelos valores burgueses para penetrar no universo latino-americano. Entretanto, é importante lembrar que o circuito literário era muito reduzido, pois a educação em massa ainda era um sonho. Logo, os subsídios à imaginação veiculados nessas obras eram uma síntese intermediária que visava o esquecimento necessário à reconciliação de posições outrora divergentes, como a formação conflituosa de uma família.

A coerência deriva do projeto comum de construir reconciliações e amálgamas de grupos nacionais, representados nas obras pelos amantes, destinados a desejar um ao outro. Isso produz uma forma narrativa surpreendentemente consistente que parece ser adequada a uma série de posições políticas, que são guiadas pela *lógica do amor* (SOMMER, 2004, p. 40, grifo nosso).

O amor e a paixão pessoais são os grandes catalizadores da identificação nacional e sua importância se estratifica quando observamos que a família desempenhou papel central na coesão nacional antes do estabelecimento das instituições públicas. Logo, existe uma via de mão dupla entre a literatura e a estrutura da sociedade. Detentora dos meios de produção e conservação dos produtos culturais, as elites selecionaram e produziram os valores e as imagens da nação. Para tanto, valeram-se da reflexão como o critério de formação do cânone, segundo o qual as obras relevantes eram as que representavam adequadamente o espírito nacional (ver CORSE, 1997, p. 1). Os índios, escravos, trabalhadores livres e outras castas desfavorecidas econômica e/ou

simbolicamente não foram consultados, é claro, apenas figuravam nas obras despidos de qualquer autenticidade, apesar de podermos supor a ingenuidade ou as boas intenções que podem ter levado os autores a lembrarem de sua existência na composição de suas obras.

Sarah Corse, ao estudar a formação da alta cultura literária nos Estados Unidos e no Canadá, levanta dois dados basilares na formação do cânone: o primeiro é o fato de se pressupor a naturalização da nação, isto é, acreditar que, assim como os dados genéticos, o ser humano possui uma nacionalidade; o segundo é a obscura relação entre essa realidade dada e sua representação literária. Em ambos os casos a construção dos valores é alheia à história, sobretudo por critérios estéticos que maquiam o rosto político. Por isso, a concepção monolítica de identidade latino-americana vem sendo profundamente questionada por intelectuais que partem do pensamento pós-moderno, os quais, em contrapartida, advogam em favor da heterogeneidade tanto na teoria quanto na conceituação das imagens veiculadas da nação. Com vistas a suprir as lacunas etnocêntricas, Chanady afirma existir um movimento de reescrita da história literária latino-americana, que não visa apenas uma ampliação do cânone, mas uma conceituação híbrida, isto é, incluindo a revisão da tradição escrita na qual o cânone foi erigido. Não se trata, portanto, de uma mera agregação dos marginalizados pelo cânone, como parentes distantes apenas tolerados na família nacional, mas do esforço em ouvir as especificidades das manifestações culturais que resistiram à dominação dos colonizadores internos. Tal esforço requer uma mudança de foco central: deslocar o olhar do outro externo no processo de construção da oposição entre identidade e alteridade (ver Chanady, 1994, p. XVII), estratégia adotada desde fins do século XVIII pelas classes dominantes. Portanto, talvez não haja muito em se orgulhar por precedermos a Europa no estabelecimento do nacionalismo, tampouco pela prática literária do discurso histórico que apenas tardiamente se tornará evidente para os historiadores dos centros industriais, como vimos acima com Doris Sommer.

Ernesto Sábato, nessa mesma direção, revela a heterogeneidade constituinte da própria identidade dos colonizadores, lembrando o quanto a Espanha é tributária das culturas judaica e árabe, pois a própria filosofia aristotélica, fundamento de grande parte do pensamento ocidental, teria penetrado em sua cultura por meio desses últimos. Para não citar o caso dos franceses, cujo nome do país veio de uma minoria de francos; ou

ainda o caso de Guilherme, o Conquistador, ensinado nas escolas como o fundador da Inglaterra, embora nem mesmo falasse inglês.

[...] [A] diferença, no Novo Mundo, foi extensamente simbolizada, constantemente tematizada e frequentemente tomada como a fundação de uma autêntica identidade latino-americana. O processo moderno de construção da nação não está, portanto, completo quando as contestações pós-modernas questionam o paradigma da nação (CHANADY, 1994, p. XXI).¹

Isso ocorre de tal maneira que as bases da nação hispano-americana se fincaram primeiramente na oposição em relação aos ex-colonizadores – considerados pelos movimentos independentistas como inferiores e dependentes das colônias – e não no passado glorioso e seus heróis, como ocorreu na Europa. Este fato é observado na construção “Nuestra América”, em que José Martí se opunha à América dos estadunidenses. Em princípios do século XX, essa tópica foi atualizada e conceituada em outros termos, tais como “raça cósmica”, “quinta raça” e “primeira raça síntese do globo”, os quais tiveram o mérito de doar alguma dignidade “[...] à população de trabalhadores do continente e das ilhas, composta de índios, mestiços, negros, mulatos, brancos de diversas procedências, hindus, chineses, japoneses e outros” (IANNI, 1993, p. 21), opondo-se aos preconceitos evolucionistas e positivistas que dominavam o pensamento europeu (ver COUTINHO, 2002, p. 127).

O risco da homogeneização, no entanto, ainda assombra esses esforços que serão posteriormente desvelados como a “ideologia da mestiçagem”, pois não cuidaram da diferença entre o fenômeno da miscigenação e as formas com que suas representações consolidaram o apagamento da desigualdade entre as culturas da América Latina (ver COUTINHO, 2002, p. 129). Apenas na segunda metade do século XX, mais precisamente a partir da década de 70, as semelhanças serão preteridas em favor da acentuação das diferenças, sobretudo com a emergência dos Estudos Culturais e Pós-Coloniais, assim como do Multiculturalismo e do Desconstrutivismo. Edward Said destaca, a esse respeito, o fato de muitos representantes de culturas e, por nossa conta, de classes marginalizadas ingressarem na vida acadêmica, impulsionando a lembrança do etnocídio e das limitações econômicas, que diluem a morte e a exploração pelos dias.

¹ “[...] difference in the “New World” has been extensively symbolized, constantly thematized, and frequently held up as one of the foundations of an ‘authentic’ Latin American identity. The ‘modern’

O esquecimento aludido por Ernst Renan como condição para a existência e emancipação da nação moderna é, portanto, mais violento na América do que na Europa, senão mais evidente por conta das diferenças econômicas e culturais ainda presentes no cotidiano de seus habitantes. É claro que um analista que conviva com as feridas sociais latino-americanas pode ver com mais clareza a conflituosa formação das nações européias, mas, mais do que exportar teorias, o desafio que se nos impõe é estabelecer um campo real de problemas (Schwarz) e esboçar caminhos a serem percorridos.

A situação da América Latina, como desenhada acima, resiste à manutenção do termo *literatura* como representante genuíno de sua cultura, pois sua especificidade respondeu a necessidades e condições de difusão inerentes à sociedade de classes, sobretudo com a revolução burguesa e o sucesso do capitalismo tipográfico na Europa; portanto, estreitamente vinculado à escrita e à leitura individual. No entanto, não é o caso de se excluir os textos escritos com intenção literária ou que partam dessa tradição, mas de assumir que não são hegemônicos, nem tampouco as únicas manifestações culturais de valor estético. Dentro do próprio universo da escrita, é inevitável lidar com os critérios de seleção das obras e as conseqüentes interdições exercidas sobre os grupos excluídos, tanto lhes negando ferramentas básicas para alcançarem um grau aceitável de leitura e escrita, quanto os privando dos meios de produção necessários para a efetivação de seu trabalho. Em ambos os casos a excessiva carga de trabalho mal remunerada é o fator catalisador: ao mesmo tempo em que potencializa a mais-valia, isso é, a diferença entre a remuneração por tempo de serviço – produto vendido pelo trabalhador – e o valor da mercadoria produzida, lubrifica a exploração de modo a garantir o funcionamento de sua engrenagem com o mínimo de atrito. Isso porque quanto mais trabalha menos tempo e disposição tem para refletir sobre sua existência e elaborar formas de intervenção a esse favor.

Não é por acaso, portanto, que exista um abismo entre os intelectuais e a maior parte da população, nem tampouco o ceticismo imperativo em relação à importância das teorias para a vida cotidiana. No caso do Brasil, esse é o efeito em larga escala da colonização interna, a qual se estrutura ou se define, sobretudo, no mesmo século XIX, a partir da configuração que as “idéias fora do lugar” tomaram, assim como da estrutura do “favor” desveladas por Roberto Schwarz.

process of nation building is thus not yet completed when ‘postmodern’ challenges already question the

O caso brasileiro

As ideias liberais que inspiraram a constituição de 1824, dois anos após a declaração de independência, partiam dos modelos franceses, ingleses e estadunidenses, com a ressalva de ter sido mantida a escravidão. Além do impasse ideológico representado pelos escravos, evidenciava-se o fato de imobilizarem o capital, pois além de não serem um público consumidor, não podiam ser despedidos. Entretanto, já exploramos o quanto isso contribuiu para a heterogeneidade contrária à homogeneização subentendida na revolução burguesa, que não se efetivou entre nós. O fator novo que nos interessa mais de perto é a relação exposta por Schwarz entre a classe dos latifundiários e a dos “homens livres”, em que mais propriamente se desenvolve a vida ideológica do país:

[...] Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande[...]. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm (SCHWARZ, 1977, p. 16).

Como consequência de tal estruturação das relações, apesar de em muitos casos esses trabalhadores adotarem publicamente os ideais liberais, sua dependência dos grandes latifundiários impedia a atitude correspondente. Daí deriva a frivolidade das ideias: os adeptos do liberalismo eram tomados como fantasistas e os da estrutura colonial como realistas. Através da superfície desse embate pode-se ver o aperto de mão dos opostos, afora o tímido descontentamento de uma das partes, os homens livres, rapidamente declinado pelo discurso impotente permitido pelos latifundiários. É nesse campo onde se exercerá grande parte do nacionalismo romântico do século XIX. Longe de ser um episódio extraordinário na vida social brasileira, sua estrutura se repete e ainda podemos observá-la na organização contemporânea, como elementos infantis que subsistem inconscientemente na vida adulta, de tal maneira que as várias modas literárias ou ideias as mais revolucionárias (incluindo o Modernismo, a Tropicália e os grupos esquerdistas) não puderam tocar essa estrutura: além dos latifundiários, tão presentes na política partidária, temos empresários de várias ordens que retêm grande parte da renda produzida no país, enquanto a massa de trabalhadores, com diversificado poder aquisitivo, ainda é submetida a jornadas extensas de trabalho com baixa ou baixíssima remuneração. Ecoa nesse fato a estruturação do trabalho escravo, pois para evitar as

paradigm of nation”.

rebeliões, o latifundiário havia de estender a jornada ao máximo pelo dia.

A busca pela autenticidade da cultura é o principal argumento em favor do nacionalismo cultivado pelas elites. O risco da imitação é uma tópica constante em nossa vida intelectual, a qual corre o risco de se perder ao excluir tudo o que seja externo. Na tentativa de resolver esse impasse, Oswald erigiu a tão afamada fórmula: “Tupi or not Tupi, that is the question”, e com a antropofagia, metáfora primitiva, pretendia alterar o tempero dos corpos estrangeiros deglutidos. O resultado dessa digestão seria o mais propriamente nacional, sua substância que se repete desde tempos pré-coloniais. Há, como demonstra Schwarz, uma inversão dos sinais da equação incômoda em que nós éramos os imitadores, e com ela a elevação da auto-estima, pois concede dignidade e autenticidade ao que outrora era símbolo de vergonha. Autenticidade adquirida por a antropofagia, não metafórica, ser uma prática observada em algumas tribos indígenas, portanto, algo exclusivamente nosso. A renúncia à originalidade pura é uma saída vislumbrada na década de 1920 e que terá sua correlata no campo da teoria literária e da filosofia somente na década de 1970, quando da figuração de pensadores tais como Foucault e Derrida entre outros pós-estruturalistas, para não citar os avanços nos estudos de antropologia e etnografia. Entre nós, vale ressaltar os trabalhos de Luiz Costa Lima, com seu estudo sobre a mimesis, os de Antonio Candido e do já citado Roberto Schwarz. Todos eles compõem ainda o que podemos chamar de contemporaneidade, com o acréscimo dos já citados Estudos Culturais e Multiculturais. No campo da música popular, sobretudo com a Tropicália, o clima antropofágico persiste com a mescla de rock, pop, samba, forró, cultura afro e técnicas vanguardistas, entre outras, e alcança um grande resultado e uma ampla difusão, apoiando-se nos meios de comunicação em massa, sobretudo rádio e televisão. É bem de lembrar que esses dois últimos nutrem relação íntima com a aristocracia nacional e com o capital estrangeiro, sobretudo no contexto da ditadura militar, o que nos impele a questionar como a Tropicália e outros artistas nacionais puderam expressar seu descontentamento. Eis um campo árido que pode ferir o orgulho nacional recente, mas que, não podendo percorrer no presente estudo, deixemos para análises posteriores.

Conclusão

O exame da questão nacional na América Latina e suas respectivas literaturas trazem em sua fundação a comparação com outras nacionalidades e literaturas, por isso tem muito a contribuir para os estudos em Literatura Comparada. Aliás, a história da disciplina já atesta esse fator, pois se em um primeiro momento se exigia a composição do corpus com no mínimo duas obras em línguas e nacionalidades diferentes, essa prática não é mais hegemônica. Se, por algum tempo, o trabalho do analista era inventariar as influências de uma obra em outra, ou da primazia de uma em relação à outra, hoje sabemos que o vetor da história aponta para ambos os sentidos e que a obra posterior pode revelar e elevar a anterior. E dentro mesmo do presente da nação observamos vários tempos opostos, assim como nacionalidades múltiplas pelos que sentem na pele os efeitos da diáspora. O elemento novo, radicalmente inventivo, diz muito pouco do efeito de uma obra, isto é, não é um valor em si; ao contrário, a imposição da criação individual é um valor burguês falacioso que em grande parte não compreende a complexidade da realidade social e psíquica, assim como pode desestimular o contato com as obras de arte. A origem do termo *literatura* para designar um campo de estudo está, de fato, ligada ao contexto ideológico da burguesia, basta notar que a ideia de originalidade é congênita às transformações viabilizadoras da ascensão da classe. No entanto, como muitos outros termos criados ou transformados, ele englobou obras absolutamente alheias à estreiteza de seus critérios de produção e das condições de recepção e difusão: a *Iliada* e a *Odisséia*, de Homero, a *Comédia*, de Dante, as Cantigas e o teatro medievais, para citar apenas algumas. Mais do que um termo, é claro, as transformações dessa palavra produzem modos de receber as obras, de tal maneira que exige um esforço imenso em se *outrar* para não ser anacrônico na lida com textos da antiguidade, por exemplo. Logo, existe um movimento duplo, em direção ao passado e ao futuro, do campo de estudos com esse nome. Movimento análogo ao de “narração da nação”, pois ao mesmo tempo em que procuramos a força geradora no passado, reiteramos sua existência no presente e projetamos o futuro. Homi Bhabha batizou esse procedimento de “a ambivalência da nação”, composta da tensão entre o pedagógico e o performático, respectivamente (ver BHABHA, 1990, p. 297). Na verdade, esse parece ser o movimento da própria linguagem humana, o que endossa nossa oposição àqueles que dizem que a arte não serve para nada nem a ninguém. Afirmar isso no contexto latino-americano só é aceitável para

aqueles que querem se fazer esquecidos, isto é, à elite que desde os princípios do nacionalismo se aproveitou da literatura e das artes de modo geral para legitimar seus valores e, com eles, a exploração das massas.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUERBACH, Eric. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. Tradução dirigida por J. Ginsburg. São Paulo, Perspectiva: 2011.

_____. *Introdução aos estudos literários*. Trad. José Paulo Paes. São Paulo, Cultrix: 1972.

BHABHA, Homi K. *The Location of Culture*. Londres: Routledge, 1994.

CHANADY, Amaryll, org. *Latin American Identity and Constructions of Difference*. Minneapolis: Univ. of Minnesota Press, 1994.

COUTINHO, Eduardo de Faria. “Multiculturalismo e mestiçagem em tempos pós-modernos”. In: MORAES, Alexandre Jairo Marinho, org. *Modernidades e Pós-modernidades*. Vitória: PPGL, CCHN, UFES: 2002.

COUTINHO, Eduardo de Faria; CARVALHAL, Tania Franco, org. *Literatura Comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CORSE, Sarah M. *Nationalism and literature: The politics of culture in Canada and the United States*. Cambridge University Press: 1997.

IANNI, Octávio. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis, Vozes: 1993.

LIMA, Luiz Costa. *Trilogia do Controle*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2007.

SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. *Teoria da literatura*. 8. ed. Coimbra: Almedina, 1988.

SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Trad. Gláucia Renate Gonçalves e Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 3. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988.

_____. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.